



RELATÓRIO ESPECIAL

# A aproximação entre os Estados Unidos e Cuba e as suas implicações para a América Latina

Madri, janeiro 2015

**d+i** LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO
2. OS TERMOS DO ACORDO ALCANÇADO
3. A DIMENSÃO DA MUDANÇA DA POLÍTICA AMERICANA EM RELAÇÃO A CUBA
4. A DISCUSSÃO EM TORNO DO VELHO DEBATE A FAVOR OU CONTRA O EMBARGO
5. A DIMENSÃO DA MUDANÇA DA POLÍTICA NORTE-AMERICANA EM RELAÇÃO A CUBA
6. A REACÇÃO DE HAVANA. OS MOTIVOS DE RAÚL CASTRO PARA ESTABELECEER LINHAS DE COMUNICAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS
7. AS EXPECTATIVAS DE MUDANÇAS EM TORNO DA ILHA DEPOIS DA NORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS
8. A APOSTA DA AMÉRICA LATINA EM ROMPER O ISOLAMENTO DE CUBA. UMA BEM-SUCEDIDA E INÉDITA ACÇÃO EM CONJUNTO
9. CONCLUSÕES

LLORENTE & CUENCA

## 1. INTRODUÇÃO

A decisão por parte dos Estados Unidos e Cuba sobre o reatamento de relações diplomáticas tem diferentes implicações que, sem dúvida, dão a este acontecimento um carácter histórico e transcendental. Estas relações foram suspensas em 1961 e a sua manutenção não era mais que um vestígio anacrónico da Guerra Fria. Desta forma, cai o último "muro" daqueles anos e abre-se um período que, embora cheio de incertezas, sem dúvida terá grandes repercussões não só na ilha caribenha, mas também no resto da região latino-americana.

Dito isto, e tendo muito presente a transcendência dos eventos, o objectivo é analisar as causas que contribuíram para esta mudança e a natureza e dimensão da mesma. Muitos analistas qualificaram esta aproximação entre os Estados Unidos e Cuba como uma "mudança de era", que trará consigo não só a liberalização da economia cubana, mas também a democracia. Com isso, não deixa de se supor que só há um possível caminho para um único destino: a transformação do regime cubano em uma democracia integrada dentro do mercado internacional. Reproduz-se assim o conceito de transformação elaborado por Francis Fukuyama, para quem todas as sociedades evoluirão necessariamente rumo à democracia e o mercado, chegando, desta forma, ao Fim da História.

A realidade, no entanto, não deixou de mostrar que poucas mudanças ocorrem de maneira linear e mecânica e, em consequência, as transformações não têm de derivar em regimes políticos e sistemas económicos que supostamente seriam irresolúvelmente associados à democracia e ao mercado livre. A China é o exemplo mais paradigmático, embora não o único. Neste caso, uma ditadura comunista adoptou o sistema capitalista. Um modelo de referência para o próprio Raúl Castro.

A proposta é contemplar a realidade com a complexidade de todos os possíveis factores que podem intervir neste processo de mudança. O mais definitivo é a vontade dos próprios cubanos. No entanto, desde que foi publicado o reatamento de relações diplomáticas com os Estados Unidos, embora não se tenha deixado de falar de Cuba, pouco ou nada se disse do que querem seus cidadãos, quando, afinal de contas, este processo depende fundamentalmente deles.

Talvez devido ao quão surpreendente foi o anúncio, após meses de negociações secretas, as análises basearam-se fundamentalmente na conjuntura. Certamente a difícil situação económica da Venezuela, principal aliada de Cuba, pode acabar por afectar o petróleo doado pela Venezuela à Ilha, o que permitiu ao regime sobreviver nos últimos anos. Nesta si-

**“No que diz respeito a Cuba, o próprio processo de mudanças e as necessidades económico-financeiras que gera favoreceu uma predisposição à aproximação com a potência norte-americana”**

tuação, a diversificação de aliados pode ser de interesse, mas esta aproximação aos Estados Unidos vai além de conjunturas dependentes dos mercados internacionais ou da suposição de que Cuba, por este motivo, vá trocar a Venezuela pelos Estados Unidos. A mudança foi muito grande, mas, hoje, é difícil pensar que os Estados Unidos se tornarão a curto prazo no melhor aliado de Cuba.

De qualquer forma, não é possível recorrer à análise de conjuntura. Há um contexto prévio e uma vontade de ambas as partes que justificam, por si mesmos, as mudanças ocorridas. No caso dos Estados Unidos, a aspiração de Barack Obama de consolidar uma liderança baseada na multilateralidade e na cooperação, e não na imposição unilateral e na força, parece transcendental, já que a excepcionalidade cubana questionava permanentemente tal forma de liderança.

No que diz respeito a Cuba, o próprio processo de mudanças e as necessidades económico-financeiras que gera favoreceu uma predisposição à aproximação com a potência norte-americana, impen-sável há muito tempo.

Também não é preciso esquecer o novo contexto latino-americano e as pressões nos últimos anos por parte da região latino-americana para acabar com o isolamento cubano.

Estas são algumas das causas que explicam o reatamento das relações diplomáticas. Sem dúvida, este é um processo que não pode ser explicado mediante um só fac-

tor. Sem este cenário e a vontade de mudança, por ambas as partes, nada teria sido possível. De facto, as tentativas de aproximação de outros presidentes norte-americanos, como Jimmy Carter ou Bill Clinton, foram, no fim, boicotados por Fidel Castro.

Por último, a mediação do Papa Francisco foi o derradeiro elo de todo um complexo processo. A sua incorporação na última fase das negociações parece decisiva, tal como o reconheceram os dois governos.

Se fossem contemplados todos estes factores, será então possível entender a importante decisão adoptada por Cuba e os Estados Unidos. No entanto, os resultados não serão evidentes a curto prazo, e só poderão aparecer a médio e longo prazo. O embargo continua vigente e não será fácil a sua suspensão. De qualquer forma, parece muito precipitado, hoje, supor que o restabelecimento das relações diplomáticas e uma maior troca comercial, ou, inclusive, o fim do embargo, significaria o final do actual regime ditatorial. A experiência dos últimos anos prova que tem de ser assim.

Seja como for, o que está provado são os efeitos do embargo. É evidente que, longe de asfixiar o regime, deu-lhe oxigénio. Durante 50 anos permitiu aos Castro responsabilizar os Estados Unidos pelas contradições próprias do regime e legitimar a sua continuidade. Mas além de fracassar no seu objectivo, o custo, além de económico, também foi humano, e portanto não parece o melhor método para contribuir para uma mudança de regime, embora tenha sido eficaz.

**“Será preciso acompanhar os cubanos e os seus desejos, deles depende, em última instância, a direcção que o processo de transição vai tomar”**

Será preciso acompanhar os cubanos e os seus desejos, deles depende, em última instância, a direcção que o processo de transição vai tomar.

## 2. OS TERMOS DO ACORDO ALCANÇADO

Convém lembrar quais são os termos desta aproximação entre ambos os governos. Pois pode parecer que, mediante o restabelecimento das relações diplomáticas, serão resolvidos todos os problemas bilaterais. Certamente não deixa de ser transcendental que, após 53 anos de suspensão destas relações, as mesmastenham sido retomadas, mas como o próprio Raúl Castro afirmou, em 17 de Dezembro, quando comunicou ao povo cubano a notícia, "foi dado um passo importante, mas resta o essencial, o bloqueio", forma como os cubanos qualificam o embargo dos Estados Unidos.

Os termos do acordo foram baseados na troca de "prisioneiros". Cuba libertou um espião de origem cubana, que trabalhou para os Estados Unidos, após 20 anos de cativeiro. Em troca, Washington libertou três espiões cubanos que mantiveram presos durante 10 anos. Com esta troca, pôde ocorrer a libertação de Alan Gross como um gesto humanitário do governo cubano independente de qualquer transacção. Gross é um prestador de serviços do governo norte-americano preso em Havana desde 2009 e cuja libertação era a condição do governo norte-americano para avançar com qualquer tipo de negociação. Sob os termos deste acordo, chegou-se ao reatamento de relações diplomáticas, à abertura de uma embai-

xada em Havana e ao aumento de intercâmbios comerciais, financeiros e de cidadãos, dentro das margens possíveis que as leis permitem ao Presidente dos Estados Unidos.

As negociações começaram, sob o sigilo mais absoluto, em Junho de 2013, no Canadá, apoiadas pelo governo deste país, onde os emissários se reuniram várias vezes. Uma reunião-chave neste processo aconteceu em Março de 2014, quando o Presidente dos EUA visitou Roma e se reuniu com o Papa Francisco. O passo seguinte foi a carta que o Papa enviou a Obama e a Castro, na qual lhes urgia a resolver a detenção dos presos em ambos os países.

No entanto, esta aproximação não pode reduzir-se unicamente à troca de presos. Esta, na realidade, foi a forma de aproximação para normalizar as relações bilaterais. Como prova desta boa vontade, o Presidente Obama também contempla a revisão de Cuba da lista de países terroristas elaborada pelos Estados Unidos. No entanto, o objectivo final é mais ambicioso, já que na realidade o restabelecimento de relações diplomáticas não terminaria por normalizar as relações bilaterais. No caso de Cuba, além disso, existe um embargo económico por parte dos Estados Unidos, há 53 anos.

A pretensão do Presidente Barack Obama é acabar com ele, embora este seja um processo mais longo e nada simples, pois a burocracia legal que dá existência ao mesmo depende do Congresso e, em consequência, também a sua suspensão. O problema acrescentado, neste caso, é que os democratas perde-

“Sem dúvida, o passo dado pelo governo norte-americano é extraordinário”

ram a maioria na câmara, que a partir de Janeiro será republicana. Apesar das dificuldades o Presidente utilizará, como assegurou, todas as competências ao seu alcance para flexibilizá-lo e aumentar, na medida do possível, o fluxo de intercâmbios entre os países. Por enquanto, serão autorizadas as possibilidades de aumentar o turismo norte-americano à Ilha, a de utilizar os seus cartões bancários na Ilha e as transacções bancárias entre Cuba e os Estados Unidos. Da mesma forma, haverá a liberalização da comunicação entre os dois países, tal como pretende o Presidente norte-americano.

### 3. A DIMENSÃO DA MUDANÇA DA POLÍTICA NORTE-AMERICANA EM RELAÇÃO A CUBA

Sem dúvida, o passo dado pelo governo norte-americano é extraordinário, e a sua dimensão também, se contemplarmos a história de relações congeladas entre os governos, cuja origem remonta à Guerra Fria.

Depois que o governo revolucionário de Fidel Castro expropriou bens norte-americanos, o Presidente D. Eisenhower impôs um veto parcial às exportações norte-americanas para Cuba, com a excepção de alimentos, medicamentos e provisões médicas. A nacionalização de propriedades norte-americanas, em 1961, provocou a cessação das relações diplomáticas entre os EUA e Cuba. Em Fevereiro de 1962, o Presidente John F. Kennedy ampliou as restrições, impondo um embargo total —de importações e exportações, e quase sem excepções— como resposta à “ofensiva subver-

siva comunista à qual se alinhou publicamente o governo de Cuba”.

Em 1982, Cuba foi incluída na lista de países que patrocinam o terrorismo internacional pelo seu apoio a grupos comunistas da África e da América Latina nos anos 60 e 70 e por acolher membros da ETA e das Farc. Motivos pelos quais se justificou a permanência de Cuba em dita lista em 2013.

Com o tempo, o embargo também sofreu transformações. O mais destacado aconteceu em 1996, por meio da lei Helms-Burton, que endureceu as restrições comerciais e as blindou legalmente. O desejo de impedir qualquer relação da Ilha com o exterior fez com que esta lei contemplasse inclusive a penalização de países terceiros que pretendam comercializar com Cuba. Além disso, procura-se a recuperação dos bens norte-americanos confiscados pelo governo cubano.

O processo de isolamento fortaleceu-se quando Bill Clinton, em 1996, decidiu suspender todos os voos comerciais entre os EUA e Cuba, após a derrubada, por parte de Cuba, de dois aviões civis norte-americanos. Mas não se fecharam totalmente na época as possibilidades de que os norte-americanos visitassem a ilha, já que houve alguma flexibilização nesse sentido. No entanto, esta possibilidade acabou por ser anulada, por ordem do Presidente George W. Bush, em 2003. Apesar de tudo, por razões humanitárias, o próprio Bush autorizou a venda de alimentos a Cuba após o furacão Michelle.

No entanto, além dos gestos conciliadores, a política externa nor-

**“A intervenção do Presidente Obama foi honesta em vários sentidos”**

te-americana, perante as actuações levadas a cabo pelo governo castrista, sempre se baseou em endurecer o isolamento. De acordo com esta trajectória, portanto, não se pode deixar de destacar a mudança radical dos Estados Unidos relativamente a Cuba.

#### 4. A DISCUSSÃO EM TORNO DO VELHO DEBATE A FAVOR OU CONTRA O EMBARGO

A intervenção do Presidente Obama foi honesta em vários sentidos, primeiro em reconhecer o fracasso da política aplicada até o momento pelos Estados Unidos e, segundo, quanto às intenções que impulsionam esta nova estratégia.

No seu discurso de 17 de Dezembro para anunciar o restabelecimento das relações diplomáticas, Obama começou por citar um dos primeiros fracassos norte-americanos, como a tentativa frustrada da invasão da Baía dos Porcos e afirmou com contundência: "Ponhamos fim a um enfoque antiquado que, durante décadas, não conseguiu fa-

zer avançar os nossos interesses", a uma política na qual "nenhuma outra nação se uniu a nós", "Não acho que possamos continuar a fazer o mesmo que fizemos durante cinco décadas e esperar um resultado diferente". "É hora de adoptarmos um novo enfoque". Além do fracasso desta política, a sua efectividade também não a teria justificado, na opinião do Presidente, já que não considerou uma forma legítima de incidir nas mudanças de uma sociedade, tentando "estrangulá-la"<sup>1</sup>.

Desta forma, o Presidente alinhava-se com uma abordagem desenvolvida há muito tempo, baseada na cooperação e não no confronto como o melhor método para conseguir a transformação de um regime ditatorial como o cubano. Esta foi a intenção que motivou a mudança na política e levou à declaração aberta de criticar a política tradicional até agora.

A questão do isolamento é um tema extraordinariamente controverso, aberto há muito tempo e que nestes dias adquiriu absoluta vigência<sup>2</sup>. É uma questão que

1 "President Obama's Cuba Speech", <https://www.youtube.com/watch?v=JbfFmcqjQpk>.

2 Além das motivações políticas e ideológicas que respaldam a posição a favor ou contra o embargo, os dados estatísticos também não dão um resultado fechado do todo, embora se orientem mais para a sua falta de efectividade. Segundo o relatório de G. C. Hufbauer, J. J. Schott, K. A. Elliott e Barbara Oegg, "Economic Sanctions Reconsidered", Peterson Institute International Economics, <http://bookstore.piie.com/book-store/4082.html>, outorga algum êxito a 34% das quase 200 sanções impostas no último século. Por sua vez, Robert Pape, "Why Economic Sanctions Do not Work", *International Security*, Vol. 22, Issue 2, (Autum 1997), pp. 90-136, [http://web.stanford.edu/class/ips216/Readings/pape\\_%20%28jstor%29.pdf](http://web.stanford.edu/class/ips216/Readings/pape_%20%28jstor%29.pdf), reduz essa percentagem a 4% porque considera que em muitas ocasiões se usou a força, directa ou indirectamente. Andrew Kenningham, economista da Capital Economics, atribui mais efectividade a determinadas represálias impostas contra o Iraque entre 1991 e 2003, que reduziram seu PIB em mais de 50%, ou as que afectaram a antiga Jugoslávia, acima de 10%. De qualquer forma, não se detectou que sanções são as mais efectivas. Cabe esperar que aquelas decididas de maneira unilateral sejam as menos efectivas, ao contrário daquelas que são resultado do acordo de um amplo conjunto de países. No caso de Cuba, as relações comerciais e de trocas mantidas com outros países aliviaram os rigores do isolamento norte-americano, que se evidenciaram quando caiu o muro de Berlim e finalizou o comércio com a URSS. Apesar de aqueles anos terem sido de extraordinária carestia, o embargo ainda agravou particularmente a situação.



**“Os senadores republicanos, particularmente os de origem cubana, foram os mais críticos”**

divide, nos Estados Unidos, democratas e republicanos, embora realmente nenhum dos dois grupos sejam monolíticos em relação a esta questão.

Os senadores republicanos, particularmente os de origem cubana, foram os mais críticos. O senador pela Flórida, Marco Rubio, declarou que "Este Presidente mostrou hoje que a sua política externa é mais do que ingénua", pois "...ignora voluntariamente a forma na qual o mundo realmente funciona". O motivo das críticas baseia-se, fundamentalmente, no facto de não ter havido uma "abertura democrática" na Ilha, e qualquer aproximação será "contraproducente". Esta estratégia para o senador "não fará absolutamente nada para impulsionar os direitos humanos e a democracia em Cuba", muito pelo contrário. "É um salva-vidas para o regime de Castro que lhe permitirá ser mais rentável... e permanecer mais tempo no poder".

A essas críticas somou-se outro republicano, Jeb Bush, irmão de George W. Bush, que pode ganhar uma destacada relevância, já que está a contemplar a possibilidade de concorrer à presidência nas próximas eleições. Para o possível candidato, "Cuba é uma ditadura com um recorde desastroso em direitos humanos, e agora o Presidente Obama premiou os ditadores. Em vez disso, deveríamos estar a fomentar os esforços que realmente conduzem à democracia legítima e justa que finalmente prevalecerá (na Ilha)", segundo declarou em comunicado publicado na sua página no Facebook.

As críticas democratas foram mais orientadas para as negociações realizadas. "Trocar o senhor (Alan) Gross por três criminosos convictos fixa um precedente extremamente perigoso", segundo o senador Bob Menéndez, democrata por Nova Jersey e presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, indicando que isto "convida regimes ditatoriais a usar os norte-americanos que cumprem missão no exterior como moeda de troca".

Contudo, o Presidente Obama conta com o apoio da maioria dos democratas, que consideram necessário acabar com o embargo para conseguir a democracia e a inserção no mercado livre, e não adiar a sua abolição até conseguir estes objectivos. Gregory Craig, ex-assessor da Casa Branca, de acordo com esta abordagem, incidia na ideia de que o próprio embargo bloqueia a mudança na Ilha, daí a "ineficiência" desta política, já que impede os Estados Unidos de se transformarem em "uma força positiva de mudança" na Ilha. Sob esta convicção, Jim McGovern, um dos directores da Comissão de Direitos Humanos no Congresso, alegava, além disso, que uma "abertura" com Cuba eliminaria o pretexto que o governo cubano usa "para justificar muitas das suas políticas repressivas" e acrescentou que "há políticos de linha dura no governo cubano que querem que nada mude e estão muito nervosos".

De qualquer forma, como já foi afirmado, não parece que possa estabelecer-se uma clara divisão entre democratas e republicanos neste tema. Além dos republicanos críticos, há aqueles conserva-

**“Os motivos de Obama partem da convicção da necessária aproximação com Cuba”**

dores que, impulsionados pela sua convicção em relação ao mercado livre e o pragmatismo, que caracteriza a abordagem conservadora, consideram inútil e contraproducente o embargo para os próprios interesses nacionais. Assim se manifestaram o senador Jeff Flake, integrante do movimento Tea Party, ou Rand Paul, uma figura emergente que aspira a ser candidato à presidência pela direita.

## 5. OS MOTIVOS DO PRESIDENTE OBAMA PARA MUDAR DE POLÍTICA

Os motivos de Obama partem da convicção da necessária aproximação com Cuba, uma abordagem nada improvisada, nem repentina. O Presidente mostrou esta convicção desde o seu primeiro mandato. Em 2009 e 2011, Obama flexibilizou as possibilidades para remessas de dinheiro, viagens de familiares e a ampliação das opções para visitar a Ilha para os cidadãos dos EUA. Mas o caso de Alan Gross, detido no final de 2009, paralisou uma maior aproximação.

O impulso definitivo para esta aproximação muito possivelmente deve-se à confluência de diferentes elementos. Entre eles a existência de suficiente apoio social, e está por ver se também político. Neste sentido, as pressões, além dos apoios, também podem ter sido outro factor. Segundo Phil Peters, director do Cuba Research Center, estas procederam de senadores, de membros do Congres-

so, da Igreja Católica e de vários governos da América Latina.

No entanto, este contexto nacional e internacional propício a esta mudança de política tem de ser interpretado como a melhor situação possível para dar apoio à forma como o Presidente Obama entende que os Estados Unidos terão de exercer a liderança internacional, liderança que, por outro lado, considera indiscutível. No entanto, para o reconhecimento da mesma, tem de basear-se no multilateralismo e na cooperação, e não no unilateralismo e na força. A política tradicional para Cuba era um desafio pendente neste sentido, já que diminuía a credibilidade, a nível internacional, desta forma de liderança.

É certo que, além das suas convicções, certamente o Presidente Obama não deu um salto no vazio. No que diz respeito ao apoio social, diferentes estudos apontaram que os cubanos recém-chegados ou os descendentes das primeiras gerações de imigrantes, após a revolução, têm outro ponto de vista quanto às relações com Cuba<sup>3</sup>. Durante anos, à margem das suas convicções, nenhum candidato teria declarado abertamente a sua vontade de acabar com o embargo. No entanto, hoje é possível, já que a maioria da comunidade cubana aceita essa opção. De modo que haveria "pouco prejuízo político" para o Presidente Obama e o partido democrata se este promovesse uma mudança nesse

3 "How Cuban Americans in Miami view US. Policies Toward Cuba", Cuban Research Institute, 2014 FIU, <https://CVI.fiu.edu/research/cuba-poll/2014-fiu-cuba-poll.pdf>.



**“A Câmara de Comércio dos Estados Unidos apoia com particular interesse a nova política presidencial”**

sentido<sup>4</sup>, hipótese que sem dúvida estava contemplada antes da promoção desta nova política.

Outro grupo interessado no que se passa em Cuba é o sector empresarial, que observa com inquietação a chegada de diferentes multinacionais à Ilha para realizar investimentos e temem ficar sem espaço, quando chegar o suposto momento de derrubada do regime. A Câmara de Comércio dos Estados Unidos apoia com particular interesse a nova política presidencial, pois significará um aumento do fluxo económico apesar da sua oposição declarada à reforma da saúde ou à redução de emissões poluentes pretendida pelo Presidente Obama. Interesse similar também foi mostrado pela American Farm Bureau Federation (Federação Norte-Americana de Escritórios Agrícolas), já que as exportações para Cuba aumentaram há algum tempo, e resta a esperança para esta Federação de que este mercado possa aumentar.

Estes apoios suportariam também a liderança internacional que pretende ser exercida pelo Presidente Obama, que estava em questão enquanto o isolamento de Cuba se mantivesse, na medida em que esta política era produto de uma acção unilateral e de força, e não multilateral e de cooperação pacífica. Neste sentido, o interesse por Cuba não depende tanto da Ilha em si, nem necessariamente

de um interesse prioritário pela região, ou não apenas disso, mas da tentativa de manter coerentemente, sob o ponto de vista norte-americano, os princípios que devem reger tal liderança, principalmente com um país vizinho. Esta preocupação acerca da liderança internacional foi explicitada por representantes do governo norte-americano, que alegaram que na tentativa de isolar Cuba, começou a temer-se que seriam os Estados Unidos que acabariam isolados, especialmente no Hemisfério Ocidental<sup>5</sup> (o hemisfério ocidental refere-se a toda a América Latina, Estados Unidos e Canadá).

No entanto, não só a região hemisférica criticava esta política. A comunidade internacional, no seu conjunto, também tinha manifestado a sua desaprovação, como ficou evidente na ONU. Na última votação, 188 países votaram contra o embargo. Israel foi o único país que, junto com os Estados Unidos, votou a favor. Era, portanto, evidente a contradição entre o desejo de ser um líder internacional, mediante a adopção de decisões baseadas no consenso e na cooperação, e a manutenção do embargo.

Por outras palavras, a excepcionalidade cubana não fazia sentido algum, principalmente se contradissem o tipo de liderança que o Presidente Obama aspira. No seu discurso de 17 de Dezembro, tam-

4 Opinião dada por Peter Schechter, director do Centro Latino-americano Adrienne Arsht do Atlantic Council..

5 Miami Herald, "Kerry, Pritzker, Lew: President Obama's new Cuba policy looks forward, not back" by John Kerry, Penny Pritzker and Jacob J. Lew, 12/22/2014, <http://www.miami-herald.com/opinion/op-ed/article4746744.html>.

**“Sem dúvida, são mantidos grandes vínculos comerciais, e os Estados Unidos continuam a ser um parceiro comercial de primeira ordem”**

bém afirmou que os Estados Unidos tinham restaurado relações com outros estados comunistas, incluindo a China e o seu antigo inimigo Vietname, onde houve mais baixas norte-americanas do que em qualquer outro conflito da Guerra Fria.

Contudo, caberia afirmar que o protagonismo adquirido por Cuba para a diplomacia norte-americana durante alguns meses, ou a preocupação pela região, não significavam que Cuba ou a América Latina voltavam a ser uma área estratégica prioritária, como na Guerra Fria. A potência norte-americana continua preocupada com outras áreas do planeta e tem interesses mais urgentes em outras partes do mundo, como a Ásia. A queda do muro de Berlim trouxe consigo a perda de interesse dos Estados Unidos pela região e, por enquanto, não parece que tenha a intenção de repensar esse aspecto. Sem dúvida, são mantidos grandes vínculos comerciais, e os Estados Unidos continuam a ser um parceiro comercial de primeira ordem. De facto, não deixa de ser visto com preocupação o interesse do gigante chinês pela América Latina e vice-versa. Neste momento, para a potência asiática, a região latino-americana é um lugar de investimentos e um grande mercado de matérias-primas.

Por tudo isso, é sem dúvida aconselhável prestar certa atenção à região, mas convém insistir que isso não se traduz em considerar de novo a vizinhança latino-americana como prioritária. De facto, como afirmou o congressista Jim McGovern, "Cuba não é o assunto mais importante da política externa dos Estados Unidos", pelo me-

nos não em si própria, mas uma peça a mais que contribui para consolidar o tipo de liderança internacional que Obama pretende ter. Este, sem dúvida, foi um motivo fundamental para a regularização das relações com a Ilha.

## 6. A REACÇÃO DE HAVANA. OS MOTIVOS DE RAÚL CASTRO PARA ESTABELECEER LINHAS DE COMUNICAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS

A análise dos factores que contribuíram para que ocorresse esta histórica aproximação entre os dois países não pode ser completa se não contemplarmos o que aconteceu em Cuba e que levou a que o regime tenha entrado nas negociações e, mais importante, que tenha sido possível chegar a um acordo.

O primeiro elemento que é preciso apontar é o processo de transição iniciado na Ilha desde que Raúl Castro substituiu o seu irmão Fidel no poder, na qualidade de Presidente do Conselho de Estado e de Ministros, a partir de 2008. Desde esse momento em diante, as mudanças introduzidas na Ilha foram de carácter económico, voltadas para a liberalização da economia de forma progressiva. Apesar de, sob a perspectiva governamental, tais mudanças significarem uma marcha rumo ao "aperfeiçoamento do sistema socialista" e não à sua transformação numa economia de mercado.

Por sua vez, os observadores críticos do regime cubano concordam em apontar a lentidão das reformas. Alguns, inclusive, conside-

“O certo é que não há reformas de carácter político, onde se mantêm a imobilidade”

ram que, além disso, as mesmas são meramente cosméticas e, de qualquer forma, todos afirmam que a sua natureza é económica. O certo é que não há reformas de carácter político, onde se mantêm a imobilidade e o essencialismo ditatorial que marcou o regime desde a sua origem.

Apesar de partilhar boa parte destas percepções, embora não todas, talvez seja de interesse introduzir matizações, que complicam o processo de transição cubano. Sem dúvida, as reformas introduzidas acontecem mais devagar do que as necessidades urgentes da Ilha, mas não é por isso que se deve deixar de considerar que pelo menos algumas das reformas tenham modificado princípios fundamentais da ortodoxia comunista, para desgosto de alguns dirigentes cubanos. Ao ponto de modificar a realidade de maneira impensável, até há não muito tempo, como se pode constatar na capital. Em Havana, é evidente a ebulição da iniciativa privada, que se estendeu com especial rapidez desde 2010, quando entraram em vigor as primeiras reformas de Raúl Castro. A iniciativa privada é uma das grandes novidades da nova política, e por tímidas ou/e lentas que sejam, sem dúvida tornam impossível uma marcha-a-trás no processo.

Sem dúvida, o processo é irreversível, além da sua velocidade, apesar da impressão de que não parece tão claro que haja uma direcção política firme e planeada por um modelo concreto de sociedade. Esta impressão leva ao questionamento sobre se o regime actual cubano sabe exactamen-

te para onde se dirige e até onde pretende chegar, ou até que ponto está a dirigir o processo de mudança que a sociedade está a viver.

Certamente, onde não há mudanças formais é no âmbito político. Não é por acaso que para o regime cubano o modelo chinês é uma referência fundamental. No entanto, isto não significa que o regime chinês não tenha controlo das mudanças económicas e um planeamento sobre os efeitos das mesmas na sociedade. Em Cuba, parece que, mais do que uma opção de transição concreta, há um vazio por omissão do regime. A inexistência de mensagens oficiais que orientem sobre o processo ou expliquem o significado dos mesmos, faz pensar na falta de um projecto integral concreto. De facto, mais que ideologização "orientadora" para dirigir o processo, como caberia a um regime autoritário, há uma completa desideologização. Num momento tão crucial como este, onde há riscos de se perder a identidade revolucionária, não há sequer presença gráfica dos Castro, nas ruas ou edifícios, não há testemunhos, nem velhas nem novas mensagens revolucionárias que conduzam o processo rumo a um modelo de sociedade concreto.

O ritmo das reformas é criticável, mas não significa que não existam. No entanto, tão preocupante como a velocidade das reformas pode ser o modo em que estão a acontecer, mas sem dúvida estão a ter lugar. De qualquer forma, são imprescindíveis para explicar a aproximação dos Estados Unidos. A pressa em criticar a lenti-

**“Sem dúvida, é preciso referir o processo de mudanças que estão a ocorrer internamente em Cuba para entender a aproximação do regime aos Estados Unidos”**

dão e a sua suposta superficialidade impediu que muitos analistas as considerassem como um factor fundamental para explicar a mudança da política externa cubana, impensável até pouco tempo. No entanto, os passos dados e os projectados geram novas necessidades de carácter económico-financeiro que tornam cada vez mais insuportável o embargo. De modo que pode afirmar-se que o processo interno de reformas que a Ilha experimenta, ainda com todas as suas peculiaridades, favoreceu uma nova predisposição do regime cubano em relação aos Estados Unidos, que de outra forma não teria ocorrido.

A importância do processo interno cubano parece ter, portanto, mais peso do que a conjuntura dos preços do petróleo. Supôs-se que a grave crise da economia venezuelana, agravada com a actual redução de preços do petróleo, pudessem explicar por si só a aproximação de Cuba aos Estados Unidos para assegurar novas fontes de receita. Sem dúvida, a conjuntura e a evolução do regime chavista são transcendentais para Cuba, já que a chegada de petróleo venezuelano à Ilha tornou possível a sobrevivência do regime. No entanto, não se deve esquecer que o processo de Mudança Cubana é prévio à redução dos preços do petróleo e à predisposição de Raúl Castro para estabelecer relações com os Estados Unidos, como ele mesmo declarou<sup>6</sup>. Supostamente, os pla-

nos de Cuba seriam substituir a Venezuela pelos Estados Unidos como país benfeitor, para garantir a continuidade da ditadura. No entanto, é difícil pensar que de forma mecânica e num breve espaço de tempo os Estados Unidos se transformem no "novo melhor amigo"<sup>7</sup> de Cuba.

Sem dúvida, é preciso referir o processo de mudanças que estão a ocorrer internamente em Cuba para entender a aproximação do regime aos Estados Unidos. Estas podem ser poucas e introduzidas lentamente, mas suficientes para que os líderes cubanos estejam conscientes da necessidade de acabar com o embargo para avançar as mesmas.

## 7. AS EXPECTATIVAS DE MUDANÇAS EM TORNO DA ILHA DEPOIS DA NORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

Uma pergunta presente, desde 17 de Dezembro, quando se tornou pública a normalização das relações diplomáticas é, não sem certa precipitação, em que medida este é um passo definitivo para o final do regime ditatorial cubano. Considerando que boa parte da legitimidade histórica do regime foi o anti-imperialismo, pode supor-se que, com esta nova situação, se deixa os Castro sem argumentos possíveis, nem legitimidade política. No entanto, esta alegação

<sup>6</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=SkoYsN6NnvY>

<sup>7</sup> Esta é a célebre frase utilizada pelo falecido Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, quando depois de manter fortes tensões com o Presidente colombiano Álvaro Uribe, foi possível repará-las depois da chegada à presidência da Colômbia de J. M. Santos.

**“O regime continuará fiel aos seus princípios e também aos seus aliados, muito particularmente a República Bolivariana da Venezuela, como afirmou o próprio Raúl Castro”**

talvez se baseie mais naquilo que seria desejável do que naquilo que na realidade pode ocorrer. Além dos desejos próprios, para uma análise rigorosa convém atender, neste caso, ao que querem os cubanos e como vão interpretar esta nova situação.

Se for considerada a forma como se viveu na Ilha o anúncio da normalização das relações com os Estados Unidos, longe de ser interpretado como uma claudicação e uma mostra de fraqueza do regime, o certo é que foi comemorado como a maior vitória, em décadas, contra o "Império". Além disso, na realidade o centro das celebrações foi o retorno dos espões (ou "heróis", como assim foram chamados em Cuba). Esta é outra vitória do regime, muito particularmente de Fidel Castro, que em 2001 previu que voltariam<sup>8</sup> e, de forma quase profética, assim se cumpriu, como lembrou Raúl Castro no seu discurso de encerramento da Assembleia Nacional<sup>9</sup>.

Do ponto de vista do regime, no entanto, há mais que motivos justificados para recorrer ao anti-imperialismo e legitimar a continuidade do regime. O primeiro argumento é o embargo, ainda vigente, já que a sua suspensão depende exclusivamente do Congresso, e não do Presidente Obama. De qualquer forma, também não é preciso o embargo para manter vivo o anti-im-

perialismo, como o demonstram os governos da Venezuela, da Bolívia e, embora em menor medida, também do Equador e da Nicarágua. Estes governos, agrupados na Alba, baseiam boa parte da sua legitimidade no anti-imperialismo e não estão submetidos a um embargo por parte dos Estados Unidos. Em qualquer caso, atendendo às mensagens de Raúl Castro, não se avista nenhuma mudança ideológica. O regime continuará fiel aos seus princípios e também aos seus aliados, muito particularmente a República Bolivariana da Venezuela, como afirmou o próprio Raúl Castro<sup>10</sup>.

A suposição de que as mudanças económicas rumo ao mercado livre trarão consigo, quase de forma mecânica, a democracia, foi o principal argumento que apoiou a postura contra o embargo. No entanto, o facto de isto ter sido invalidado, nos últimos anos, através do exemplo chinês, não significa que seja melhor a manutenção do embargo. A sua abolição, afinal de contas, trará maior bem-estar ao povo cubano e proporcionar-lhe-á, a médio e longo prazo, mais informação, e com isso, mais opções para decidir o seu futuro político.

De qualquer forma, embora o passo dado seja de grande importância, antes de planejar o futuro, convém consolidar o que se conseguiu, e, como afirmou o escritor cubano

8 Nas redes sociais cubanas, o uso da hashtag #Volveron lembra aos cubanos que a promessa feita por Fidel Castro num de seus discursos finalmente se cumpriu: "só lhes digo uma coisa, voltarão", disse no Verão de 2001.

9 <https://www.youtube.com/watch?v=SkoYsN6NnvY>

10 <https://www.youtube.com/watch?v=SkoYsN6NnvY>

**“Perante a política norte-americana, o Brasil, aspirante eterno a ser líder regional, iniciou uma nova política de ‘compromisso construtivo’ para com Cuba, em 2003”**

Rafael Rojas, embora o episódio "feche um epílogo da Guerra Fria", a "normalização de relações" será "muito trabalhosa e não carente de retrocessos, já que deverá enfrentar resistências provenientes de Havana e de Washington".

#### **8. A APOSTA DA AMÉRICA LATINA EM ROMPER O ISOLAMENTO DE CUBA. UMA BEM-SUCEDIDA E INÉDITA ACÇÃO EM CONJUNTO**

Os temores de isolamento reconhecidos pelo próprio secretário de Estado, J. Kerry, na região hemisférica, são a declaração mais explícita do sucesso de uma acção conjunta por parte de todos os governos latino-americanos que, desde Dezembro de 2008, persistiram em reivindicar de forma explícita e implícita para se acabar com o isolamento de Cuba. Esta é uma conquista de extraordinária importância, levando em conta que a regra foi mais a divisão do que a actuação coordenada.

Muito possivelmente, o trabalho de liderança realizado pelo Brasil tem muito a ver com o êxito desta acção. Desde 2008, o Brasil propôs à região integrar Cuba não só nos novos organismos propriamente latino-americanos, onde os Estados Unidos não têm presença, mas também na Organização dos Estados Americanos (OEA), integrada pelos países da região e os Estados Unidos e o Canadá. Cuba foi suspenso da membresia desta organização em 1962 por ser comunista.

Perante a política norte-americana, o Brasil, aspirante eterno

a ser líder regional, iniciou uma nova política de "compromisso construtivo" para com Cuba, em 2003. Mediante tal compromisso, assumia a cooperação como o instrumento mais eficaz para favorecer mudanças em Cuba. Esta foi a abordagem através da qual conseguiu envolver todos os governos da região, fossem de direita ou de esquerda, para que todos apoiassem o fim do isolamento exercido não só pelos Estados Unidos, mas o que também foi exercido pela própria região latino-americana durante muitos anos. Uma data fundamental para que este compromisso passasse a ser uma acção regional organizada foi Dezembro de 2008. Nesta data, a diplomacia brasileira, num autêntico alarde de organização e capacidade de convocação, reuniu toda a região para a realização, no prazo de 48 horas, na estância balnear de Costa do Sauípe, de uma cimeira do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), outra da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), a última do Grupo do Rio, e a I Cimeira da América Latina e das Caraíbas (CALC). Todos os organismos citados eram sul-americanos ou latino-americanos. A CALC foi um novo fórum no qual pela primeira vez se reuniam todos os países da região, incluindo Cuba, sem os Estados Unidos, Canadá, Espanha ou a União Europeia.

Nesta convocação houve mensagens explícitas, como a afirmação da autonomia regional e a vontade de transformar a região num actor internacional, com vontade própria. Em coerência com essa afirmação, a primeira



**“Todos estes encontros foram precedidos por várias reuniões entre Lula e Fidel e Raúl Castro”**

decisão adoptada foi a inclusão de Cuba e a exigência aos Estados Unidos do fim do isolamento. Às declarações explícitas somaram-se as mensagens implícitas. Isto explica que, para além de uma visão prática, o motivo para concentrar estes fóruns latino-americanos e sul-americanos num mesmo lugar, e organizar a realização das respectivas cimeiras num período de tempo tão breve, respondesse à intenção de ressaltar a existência de uma agenda regional própria. Com isso pretendia-se marcar a diferença com o passado, quando “estes países só se reuniam quando os Estados Unidos permitiam”, enquanto “agora, por livre e espontânea vontade, falaram e disseram que é preciso criar organismos multilaterais próprios, para não ir a Haia para solucionar os seus problemas”<sup>11</sup>.

Tendo em conta a proximidade de datas entre a realização destas cimeiras e a posse de Barack Obama, poderia interpretar-se também como sendo uma mensagem directa ao recentemente eleito Presidente sobre os novos termos que definiriam as relações entre Estados Unidos e a região. Outra mensagem, neste caso directa e explícita à nova administração norte-americana, foi a participação de Cuba na CALC. Um elemento que reincidia na nova maneira de tramitar a autonomia regional.

O objectivo não era só que o país participasse do novo projecto regional que surgiria a partir desta Cimeira, mas também incorporar a Ilha nas instituições latino-americanas e, inclusive, hemisféricas. Em coerência com esta vontade, também se formalizou a incorporação de Cuba no Grupo do Rio, convocado para os mesmos dias no mesmo lugar, como já se disse. Esta reincorporação de Cuba na região reafirmou-se com as visitas oficiais de vários presidentes latino-americanos ao longo de 2009<sup>12</sup>. Todos estes encontros foram precedidos por várias reuniões entre Lula e Fidel e Raúl Castro.

Esta acção organizada, por si própria um grande passo, conseguiu manter-se com o tempo, como o demonstra a formalização da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), surgida a partir da CALC, em 2010, na qual Cuba, além de membro, em 2014 foi a sede da II Cimeira desta Comunidade, adquirindo assim um grande protagonismo.

Como não podia deixar de ser, além disso, Cuba é membro, em lugar preferencial, da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba), criada em 2004, e liderada por H. Chávez, para quem Fidel Castro foi o seu maior inspirador na realização do seu próprio projecto político. Certamente sem a pressão persistente de Hugo Chá-

<sup>11</sup> <http://www.elespectador.com/noticias/elmundo/articulo100183-castro-y-lula-dicen-latina-mayor-de-edad-y-tiene-voz-propia>

<sup>12</sup> No próprio mês de Janeiro, visitaram Havana o Presidente do Panamá, Martín Torrijos, o Presidente equatoriano Rafael Correa e a Presidente da Argentina, Cristina Kirchner. Em Fevereiro, foi a vez da Presidente do Chile, Michelle Bachelet, seguida pelo guatemalteco Álvaro Colom e, em seguida, o mexicano Felipe Calderón.

**“Não se pode entender a normalização das relações diplomáticas entre Cuba e os Estados Unidos sem a pressão exercida pela América Latina de forma organizada”**

vez para reintegrar Cuba na região, talvez o Brasil não tivesse assumido essa missão como bandeira da sua liderança. Afirmção que não deixa de ser uma suposição, mas não teria sido a única proposta de H. Chávez que Lula teria incorporado nos seus projectos regionais, depois de ter sido moderada.

Cuba adquiriu este mesmo protagonismo na OEA, sem ser país-membro. Como resultado desta acção conjunta e da sua efectiva pressão, em 2009, a OEA suspendeu —com o sinal verde dos EUA— a histórica posição de manter Cuba afastada dos seus quadros. Havana, no entanto, deixou claro imediatamente o seu desinteresse em se reintegrar numa organização que considera superada por outras instituições regionais como a CELAC ou a Alba. Transcorrido o tempo e prova das mudanças ocorridas no regime cubano, desde então, após anunciar a normalização das relações com os Estados Unidos, Raúl Castro aceitou o convite feito pelo Presidente do Panamá, Juan Carlos Varela, para comparecer na VII Cimeira das Américas, convocada pela OEA, em Abril de 2015. A sua presença não significa a sua admissão na organização, o que só é possível com a aceitação da Carta Democrática Interamericana e da sua cláusula democrática. Um passo que, por enquanto, também não acontecerá em breve ou pelo menos enquanto o regime castrista continuar no poder.

O último passo transcendental mediante o qual Cuba passou a ser o centro da região foi a escolha, pelo governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias

da Colômbia (Farc), de Havana como a sede para a realização das negociações de paz. Neste caso, a mensagem é particularmente importante, já que a Colômbia é considerada um particular aliado dos Estados Unidos para o resto de seus vizinhos. Esta condição tornava impensável, não há muito tempo, a possibilidade de o governo colombiano aceitar esta sede. No entanto, tentava transmitir a ideia de que mesmo como aliado dos Estados Unidos, e sem renunciar a essa condição, também não partilhava da sua política de isolamento para com a Ilha.

Como os factos confirmam, não se pode entender a normalização das relações diplomáticas entre Cuba e os Estados Unidos sem a pressão exercida pela América Latina de forma organizada. Sem dúvida, não é o único factor, mas é imprescindível, já que mediante a sua actuação, os Estados Unidos chegaram a contemplar o risco de se verem isolados na região e, de certo modo, no resto do mundo.

## 9. CONCLUSÕES

A explicação multicausal aplicada visava evidenciar a impossibilidade de explicar um processo como o analisado mediante um único factor.

Para conseguir este primeiro passo, o restabelecimento de relações diplomáticas, foi preciso a existência de uma vontade firme de ambas as partes. Esta vontade, por sua vez, explica-se também pela confluência de vários factores, tanto nos Estados Unidos como em Cuba. No

**“No entanto, além das convicções do Presidente norte-americano, era preciso contar com suficiente apoio, pelo menos social, e neste caso foi possível”**

caso norte-americano, a convicção do Presidente Obama de acabar com o isolamento de Cuba procede, em boa parte, da forma como concebe a liderança internacional que os Estados Unidos devem exercer. Na medida em que esta liderança tem de ser baseada nas acções multilaterais e pacíficas, o embargo não deixa de ser uma contradição, já que era produto de uma decisão unilateral, baseada na força.

No entanto, além das convicções do Presidente norte-americano, era preciso contar com suficiente apoio, pelo menos social, e neste caso foi possível. A renovação geracional da comunidade cubano-americana favoreceu uma mudança na visão sobre o regime ditatorial, até um ponto em que esta comunidade aprova maioritariamente o final do embargo. Até este momento, uma atitude aberturista em relação a Cuba teria significado o voto contrário da comunidade cubana.

Quanto a Cuba, apesar de se insistir em subvalorizar todas as mudanças introduzidas desde a ascensão ao poder de Raúl Castro na Ilha, o certo é que foram suficientes para propiciar esta aproximação dos Estados Unidos. Cuba precisa de financiamento e de intercâmbios comerciais, e este orçamento tem peso suficiente para favorecer uma mudança de atitude, impensável há não muito tempo. Isto significa que, apesar da aceitação de mudanças económicas, o regime assumiu o fim da ditadura e aceitou a transição para a democracia.

Contudo, apesar de o caso chinês desmentir a associação quase na-

tural que até há pouco tempo se fazia entre liberalização do mercado e democracia, o final do embargo não deixa de ter benefícios para a população cubana. Tanto em termos de bem-estar como de informação que, em última instância, pode favorecer que os cubanos acabem por se convencer das virtudes da democracia.

O outro factor de peso apontado foi a acção organizada da região latino-americana, sob a liderança brasileira. Este apoio era previsível por parte da Alba, mas não de toda a região. À margem dos motivos que a tenham impulsionado, nenhum governo latino-americano, desde 2008, questionou o apoio ao fim do isolamento de Cuba. Esta acção uníssona é inédita na região. Não há nenhum outro precedente em relação à configuração de uma posição única e sustentada no tempo por toda a América Latina e, sem dúvida, foi este posicionamento sustentado que convenceu os Estados Unidos do risco de acabar isolado na sua própria região, enquanto tentava isolar Cuba. Assim o chegou a admitir o próprio Secretário de Estado J. Kerry. Um facto, além disso, observado pelo resto da comunidade internacional que, por sua vez, também tinha manifestado a sua oposição ao embargo de forma maioritária, aumentando assim os riscos do isolamento norte-americano.

Cabe esperar que a região latino-americana tome consciência da sua acção conjunta e se convença de que pode ser um actor internacional e da capacidade de influência que esta atitude lhes pode proporcionar.

**“O Canadá proporcionou o espaço idóneo para as negociações secretas, e o Papa Francisco deu o último impulso a um processo, iniciado meses antes”**

À actuação destes actores, que manifestaram a sua predisposição há muito tempo, juntam-se o governo do Canadá e o Pontificado. São actores circunstanciais, mas que têm grande relevância. O Canadá proporcionou o espaço idóneo para as negociações secretas, e o Papa Francisco deu o último impulso a um processo, iniciado meses antes, mas parece que decisivo, segundo reconheceram tanto o governo norte-americano como o cubano.

Só resta pensar no futuro, e este está cheio de incertezas e complicações. Tanto a curto como a

longo prazo. Em relação ao curto prazo, a consolidação desta nova etapa de relações entre os Estados Unidos e Cuba tem muitos inimigos nos dois países, e ambos os governos estão conscientes disso. A médio e longo prazo, depende de muitos factores, inclusive da longevidade dos Castro, mas o seu desaparecimento também não vai resolver todos os problemas. Fundamentalmente, vai depender da vontade dos cubanos e se, entretanto, o embargo chegar ao fim, é possível que o processo seja facilitado e contribua para a transição na Ilha, embora não a garanta.

A LLORENTE & CUENCA é a primeira consultoria de Comunicação da Espanha, Portugal e América Latina. Conta com 17 sócios e 350 profissionais que prestam serviços de consultoria estratégica a empresas de todos os setores de atividades, com operações voltadas para o mundo que fala espanhol e português.

Atualmente, possui escritórios próprios na Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Espanha, México, Panamá, Peru, Portugal e República Dominicana. Além disso, através de empresas afiliadas, oferece seus serviços nos Estados Unidos, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Seu desenvolvimento internacional levou a LLORENTE & CUENCA a ocupar, em 2014, a posição 55.ª do Ranking Global das empresas de comunicação mais importantes do mundo, produzido anualmente pela publicação The Holmes Report.

## DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente  
Sócio Fundador e Presidente  
jallornte@llorenteycuenca.com

Enrique González  
Sócio e CFO  
egonzalez@llorenteycuenca.com

Jorge Cachinero  
Diretor Corporativo de Inovação  
jcachinero@llorenteycuenca.com

## ESPAÑA E PORTUGAL

Arturo Pinedo  
Sócio e Diretor Geral  
apinedo@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo  
Sócio e Diretor Geral  
acorujo@llorenteycuenca.com

### Madrid

Joan Navarro  
Sócio e Vice-presidente de Assuntos Públicos  
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla  
Sócio e Diretor Sênior  
amoratalla@llorenteycuenca.com

Juan Castellero  
Diretor Financeiro  
jcastillero@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 – planta 3  
28001 Madrid (Espanha)  
Tel: +34 91 563 77 22

### Barcelona

María Cura  
Sócia e Diretora-Geral  
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª  
08021 Barcelona (Espanha)  
Tel: +34 93 217 22 17

### Lisboa

Carlos Matos  
Sócio e Diretor Geral  
carlos.matos@imago.pt

Madalena Martins  
Sócia  
madalena.martins@imago.pt

Rua do Fetal, 18  
2714-504 S. Pedro de Sintra (Portugal)  
Tel: +351 21 923 97 00

## AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero  
Sócio e CEO da América Latina  
aromero@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo  
Sócio e CFO da América Latina  
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

Antonio Lois  
Diretor Regional de Recursos Humanos  
alois@llorenteycuenca.com

### Bogotá

María Esteve  
Diretora Geral  
mesteve@llorenteycuenca.com

Germán Jaramillo  
Presidente Conselheiro  
gjaramillo@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B – of. 501  
Bogotá (Colômbia)  
Tel: +57 1 7438000

### Buenos Aires

Pablo Abiad  
Sócio e Diretor Geral  
pabiad@llorenteycuenca.com

Enrique Morad  
Presidente Conselheiro para o Cone Sul  
emorad@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP  
Ciudad de Buenos Aires (Argentina)  
Tel: +54 11 5556 0700

### Lima

Luisa García  
Sócia e CEO da região Andina  
lgarcia@llorenteycuenca.com

Cayetana Aljovín  
Gerente Geral  
caljovin@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7  
San Isidro - Lima (Peru)  
Tel: +51 1 2229491

### México

Juan Rivera  
Sócio e Diretor Geral  
jrivera@llorenteycuenca.com

Bosque de Radiatas # 22 – PH7  
05120 Bosques de las Lomas (México)  
Tel: +52 55 52571084

## Panamá

Javier Rosado  
Sócio e Diretor Geral  
jrosado@llorenteycuenca.com

Avda. Samuel Lewis. Edificio Omega, piso 6  
Tel: +507 206 5200

## Quito

Catherine Buelvas  
Diretora Geral  
cbuelvas@llorenteycuenca.com

Av. 12 de Octubre 1830 y Cordero.  
Edificio World Trade Center, Torre B, piso 11  
Distrito Metropolitano de Quito (Equador)  
Tel: +593 2 2565820

## Rio de Janeiro

Yeray Carretero  
Diretor  
ycarretero@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 – sala 1801  
Rio de Janeiro – RJ (Brasil)  
Tel: +55 21 3797 6400

## São Paulo

Juan Carlos Gozzer  
Diretor Geral  
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, CJ 111,  
Cerqueira César  
CEP 01426-001 São Paulo SP (Brasil)  
Tel: +55 11 3060 3390

## Santiago de Chile

Claudio Ramírez  
Sócio e Gerente Geral  
cramirez@llorenteycuenca.com

Avda. Vitacura 2939 Piso 10. Las Condes  
Santiago de Chile (Chile)  
Tel.: +56 2 24315441

## Santo Domingo

Alejandra Pellerano  
Diretora Geral  
apellerano@llorenteycuenca.com

Avda. Abraham Lincoln  
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7  
Tel: +1 8096161975



A d+i é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

A d+i é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

A d+i é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe d+i LLORENTE & CUENCA.

[www.dmasillorenteycuenca.com](http://www.dmasillorenteycuenca.com)

**d+i** LLORENTE & CUENCA